



POLÍTICAS , REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A RECONFIGURAÇÃO DA GESTÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLAS ESTADUAIS S DE MINAS

Maria Aparecida Rodrigues da Rocha

UFMG

napeeng@eng.ufmg.br

Este trabalho apresenta dados iniciais de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG). A investigação tem como objetivo evidenciar possíveis mudanças decorrentes da implementação do Novo Ensino Médio (NEM), instituído pela Lei nº 13.415/2017 e reformulado pela Lei nº 14.945/2024, considerando a dimensão pedagógica da gestão escolar em escolas da rede estadual de Minas Gerais. Especificamente, busca-se identificar e analisar a emergência de novos cargos e funções no interior das unidades escolares, de mudanças nos processos de trabalho e no perfil sócio profissional dos integrantes das equipes gestoras.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante em escolas públicas estaduais mineiras. Como referencial analítico, mobilizam-se os estudos de Levasseur e Tardif (2004) e Cury (1998), além de conceitos como coordenação pedagógica, gestão democrática, intensificação e precarização do trabalho docente e tempos escolares.

A reestruturação curricular promovida pelo NEM, ancorada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implicou na ampliação da carga horária e na implementação dos itinerários formativos, exigindo das unidades escolares uma reorganização do trabalho na escola. Nesse contexto, a gestão pedagógica assume um papel central na mediação entre as diretrizes legais e os processos formativos dos estudantes, sendo tensionada por novas exigências, como o acompanhamento individualizado dos percursos formativos, a reorganização do tempo escolar e a adequação da estrutura institucional e funcional às exigências da reforma.



Os dados preliminares da pesquisa indicam que, em Minas Gerais, observa-se um processo em curso de redistribuição das funções pedagógicas nas escolas estaduais, com a ampliação das atribuições de orientadores e supervisores escolares, bem como a emergência de novos cargos no interior das unidades escolares. Corroborando essa tendência, Saraiva (2024) aponta para a intensificação das responsabilidades dos profissionais da gestão escolar, que enfrentam uma crescente sobrecarga de trabalho ao buscarem adaptar as diretrizes nacionais às especificidades institucionais. Paralelamente, editais da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), publicados em 2023 e 2025, evidenciam a alocação de novos profissionais no âmbito educacional. Destaca-se, nesse contexto, o cargo de Analista de Educação Básica, que inclui profissionais das áreas de psicologia e serviço social, os quais passam a integrar as equipes escolares com a finalidade de responder, de forma mais articulada e interdisciplinar.

Denota-se que a ampliação do quadro funcional reflete o reconhecimento, por parte do Estado, de que as demandas educacionais contemporâneas extrapolam o campo estrito da docência, exigindo respostas interdisciplinares às múltiplas vulnerabilidades vivenciadas pelos estudantes. Contudo, essa diversificação das equipes pedagógicas também impõe desafios significativos, especialmente no que se refere à construção de uma identidade institucional coesa, diante da sobreposição de normativas, atribuições e expectativas profissionais.

Nesse cenário de transformações no Ensino Médio, emergem novas atribuições para a gestão escolar, com ênfase em sua dimensão pedagógica. As análises de Tardif e Levasseur (2004) evidenciam que o ambiente escolar tem sido progressivamente impactado por demandas sociais, emocionais e pedagógicas dos estudantes, que incidem diretamente sobre o cotidiano escolar. Segundo os autores, diante da intensificação dessas necessidades e do enfraquecimento das redes tradicionais de apoio social, as instituições de ensino passaram a incorporar novos profissionais não docentes, como orientadores pedagógicos, psicólogos e assistentes sociais, com situação funcional diversificada. Esse movimento configura uma resposta institucional à reconfiguração da divisão do trabalho escolar, na tentativa de atender às múltiplas exigências que ultrapassam a função tradicional de transmissão de conteúdos curriculares



Palavras-chave: Gestão pedagógica. Organização do trabalho escolar. Novo Ensino Médio

REFERÊNCIAS

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Ensino Médio no Brasil: histórico e perspectivas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, p. 17–36, 1998. Disponível em: <http://ed-uca.fcc.org.br/pdf/edur/n27/n27a08.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SARAIVA, Ana Maria Alves. A gestão escolar no novo Ensino Médio: os sujeitos e os tempos. *Revista Ponto de Vista*, v. 13, n. 2, p. 1–15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47328/rpv.v13i2.16820>. Acesso em: 18 ago. 2024.

LEVASSEUR, Louis; TARDIF, Maurice. Divisão do trabalho e trabalho técnico nas escolas de sociedades ocidentais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1275–1297, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fWsCX5L3yyMyds5VW6rMGpP/>. Acesso em: 14 jun. 2025.